



2020 breve e devastador

Hemerson Luiz Pase*

A COVID-19 colocou 2020 na história como o primeiro ano de drásticas e rápidas transformações, no mundo, no século XXI. Por este motivo, 2020 será lembrado como 1917, com a primeira guerra mundial e, 1945, como a segunda, ou seja, como um ano marcado por mortes, degradação política e destruição econômica. São conhecidas outras grandes epidemias, como a da Peste Negra (1347 – 1351), a Gripe Espanhola (1918 - 1920), não obstante, nenhuma delas foi tão pandêmica quanto será a COVID-19. ´

Nenhum entusiasta da globalização da economia considerava, com seriedade, os riscos sanitários de um mundo conectado, onde mercadorias e pessoas se deslocassem com facilidade e rapidez, chegando a atravessar o planeta, em algumas horas. Aliás, essa situação somente foi contada em forma de utopia, pelo cinema.

A COVID-19 também ataca a economia, já que a ausência de uma vacina efetiva impõe o isolamento e distanciamento social e, algumas vezes, o confinamento, como a medida preventiva mais adequada para evitar a contaminação e a morbidade. Esse ataque produz, ainda, externalidades, entre as quais pode-se citar a mais vigorosa: a “mão invisível do mercado”. Isso porque, não há respostas para situações como essas, pois o Estado que é chamado a construir hospitais e financiar pesquisas para desenvolver uma vacina.

A economia internacional e as relações internacionais sentiram um evidente retrocesso e os governos nacionais têm realizado ações, muitas vezes, desencontradas e pouco articuladas. Alguns governos mais responsáveis não têm se constringido em fechar as fronteiras, enquanto outros confiscam víveres de parceiros comerciais. Em poucos momentos de ausência de guerra, se percebeu a necessidade da existência e do empoderamento de uma agência internacional, como ocorre com a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Nos países democráticos, onde a teoria do neoliberalismo logrou sucesso, no início do século XXI, encontrou-se dificuldade para lidar com a Pandemia, seja em razão da configuração interna Federalista, como são Brasil e Estados Unidos, seja por falta de recursos ou de capacidade para implementar políticas públicas. É neste ambiente embebido

* Doutor em Ciência Política. Professor do Curso de Graduação em Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Direito e Justiça Social da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Editor da Revista Latino-Americana de Relações Internacionais – Campos Neutrais. E-mail: hemerson.pase@gmail.com



em incerteza e preocupação, que temos a honra de apresentar o Número 1, do Volume 2, da Campos Neutrais: Revista Latino-Americana de Relações Internacionais.

Este número conta com cinco artigos de alto nível acadêmico. Os dois primeiros têm como objeto central as políticas públicas para pessoas com deficiência. No primeiro, **Políticas públicas e direitos das pessoas com deficiência no Brasil (1988-2016)**, Alfredo Gugliano trata de questões relacionadas à integração social de pessoas com deficiência, um grupo ainda excluído das principais democracias ocidentais, que ainda, hoje, tem direitos básicos desconsiderados por diversos Estados, mantidos em silêncio em campanhas e programas eleitorais. A partir do caso brasileiro, o artigo analisa o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência no país, destacando alguns avanços importantes.

No segundo artigo, **O bem-estar social e as políticas públicas destinadas à inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho no Brasil e em Portugal**, Marcia L. Borges, Danieli V. Moura, Ana Paula D. Patella, Carícia H. A. O. dos Santos e Manuela M. Parada comparam as políticas públicas de inclusão, no mercado de trabalho de pessoas, com deficiência, entre Portugal e no Brasil. As autoras exploram o tema, a partir da hipótese de que, em ambos os países, o Estado transferiu a responsabilidade da inclusão da pessoa com deficiência, no mercado de trabalho, à sociedade civil, ficando a ação estatal restrita à fiscalização. A semelhança entre os países é a prevalência da concepção da deficiência como problema individual e familiar, cabendo ao Estado a fiscalização.

No terceiro texto, **Decolonialidade e futebol: a quebra da lógica periferia-centro**, Juliano O. Pizarro, Carmem S. M. Rial e Luis C. Rigo afirmam que o processo de colonização não se encerrou com as independências dos países, pois a teoria neoliberal, propagada como caminho único, pelo processo de globalização econômica, manteve a lógica da colonialidade. No artigo, a autora e os autores discutem o papel do futebol nesse processo, ou seja, como o esporte mais praticado do mundo, apesar de mostrar as facetas mais preconceituosas da sociedade e a lógica colonial, é um instrumento extremamente importante no processo decolonial, fazendo com que se quebre a lógica periferia-centro, tradicional do atual sistema-mundo.

O quarto artigo, escrito por Matheus Muller e Jennifer A. Moraes, intitulado **O Poder Judiciário e a política de privatização do setor elétrico brasileiro** objetiva verificar a atuação do Poder Judiciário brasileiro, no processo de privatização de empresas estatais, do setor elétrico, efetivado na década de 1990 e iniciado nos anos 2000. O autor e a autora mostram que, nesse período, 26 empresas foram leiloadas para a iniciativa



privada, fazendo do segmento elétrico o que mais contribuiu ao Programa Nacional de Desestatização – PND, no âmbito do maior processo de transferência de patrimônio estatal no mundo. O artigo mostra que o papel das decisões do Judiciário, na política de privatização do setor elétrico nacional, não é de freio.

No último artigo, **Vulnerabilidades sociais expostas pela Covid-19 no Brasil**, Mónica Montana, Mateus A. M. da Silva e Mylena de A. Melo mostram como o surgimento da Covid-19 é responsável pelas mais severas e repentinas mudanças globais e individuais das últimas décadas, trazendo à tona a grave crise preexistente nas políticas públicas de saúde. Neste sentido, as autoras e o autor se propõem a discutir, no âmbito brasileiro, a ligação existente entre a composição da carta magna, com a manutenção das desigualdades sociais, as quais ficaram em evidência, mediante a falta de infraestrutura física e humana para atender, com celeridade e assertividade, às exigências da pandemia atual, ocasionada pelo Covid-19.

Nos próximos números, pretendemos apresentar mais artigos que problematizem a pandemia, as ciências humanas e as relações internacionais.

Desejamos boa leitura e muita saúde!